



XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo

Currículo: tempos, espaços e contextos

29 e 30 de outubro de 2013



PROJETO DE EXTENSÃO “RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS CURRÍCULOS ESCOLARES”: repensando os currículos das Instituições Educacionais

Agosto/2013

Eixo temático: Currículo, Conhecimento e Cultura
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Kátia Evangelista Regis

katia_educ@yahoo.com.br

Marcelo Pagliosa Carvalho

marcelo.pagluosa@yahoo.com.br

Comunicação Oral. Texto completo.

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre os resultados do projeto de extensão “Relações étnico-raciais nos currículos escolares” realizado no Campus de Pinheiro da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), o projeto está contribuindo com a formação inicial dos estudantes de Licenciatura em Ciências Humanas e Licenciatura em Ciências Naturais da UFMA e com a formação continuada dos educadores das redes estadual e municipal da Cidade de Pinheiro. Para tanto, está favorecendo o conhecimento sobre a História e Cultura dos africanos e dos negros brasileiros aos sujeitos envolvidos; colaborando com orientações e ações para a inclusão desta temática nas práticas curriculares e estabelecendo vínculos entre os cursos de licenciatura da UFMA com as escolas e com os movimentos sociais da região.

Palavras-chave: Currículos escolares. Relações étnico-raciais. População negra.



INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva refletir sobre os resultados do projeto de extensão “Relações étnico-raciais nos currículos escolares” realizado no Campus de Pinheiro da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004), o projeto está contribuindo com a formação inicial dos estudantes de Licenciatura em Ciências Humanas e Licenciatura em Ciências Naturais da UFMA e com a formação continuada dos educadores das redes estadual e municipal da Cidade de Pinheiro. Para tanto, está favorecendo o conhecimento sobre a História e Cultura dos africanos e dos negros brasileiros aos sujeitos envolvidos; colaborando com orientações e ações para a inclusão desta temática nas práticas curriculares e estabelecendo vínculos entre os cursos de licenciatura da UFMA com as escolas e com os movimentos sociais da região.

As relações étnico-raciais na sociedade brasileira estão inseridas em um contexto no qual as diferenças se configuram em desigualdades, com a marginalização da população negra¹ devido ao seu pertencimento étnico-racial, inscrito na cor da pele e na textura dos cabelos, e pela sua ascendência africana. Essas desigualdades étnico-raciais estão presentes em diferentes aspectos que integram a realidade cotidiana e se manifestam nas instituições educacionais por meio de seus currículos.

O entendimento do currículo como uma práxis implica na compreensão de que diversos tipos de ações interferem em sua configuração, adquirindo sentido em um contexto real. Esse processo se dá imerso em determinadas condições concretas, inseridas em um mundo de interações culturais e sociais, que são uma construção social. Uma concepção processual de currículo entende o seu significado e importância real

¹ A população negra é composta da parcela populacional que se auto declara preta e parda nos censos demográficos. De acordo com Paixão, Rossetto e Montovanele (2010, p. 26), “No estudo das assimetrias de cor ou raça no Brasil, quando se usam indicadores sociais, já veio se tornando usual a junção dos grupos preto e pardo a um único grupamento para a finalidade de comparação estatística com o demais contingentes de cor ou raça, especialmente o branco. [...] Do ponto de vista estatístico, ocorre uma maior proximidade entre si dos indicadores dos grupos preto e pardo do que ocorre em relação aos indicadores dos brancos [...]”.



como resultado dos diferentes âmbitos aos quais está submetido. Segundo Sacristán, (2000b, p. 129, grifos do autor),

(...) o currículo é um âmbito de interação no qual se entrecruzam processos, agentes e âmbitos diversos que, num verdadeiro e complexo processo social, dão significado prático e real ao mesmo. Somente no marco de todas essas interações podemos chegar a captar seu valor real, daí que é imprescindível um *enfoque processual* para entender a dinâmica que dá significado e valores específicos a um currículo concreto (...). Este não existe à margem das circunstâncias contextuais que o moldam, o que se pede é um marco conceitual apropriado que dê a razão de tal realidade. O que é o currículo real na prática? O que resulta dessas interações. (SACRISTÁN, 2000b, p.129).

As instituições educacionais transmitem uma determinada cultura e a cultura selecionada e veiculada nos currículos se relaciona com o contexto no qual se situam ela própria e as instituições escolares. Desta maneira, nem todos os elementos culturais são igualmente desejáveis e percebidos como de mesmo valor. A transmissão cultural pressupõe a ideia de uma permanência, mesmo que relativa, e a percepção do que é considerado valioso.

A cultura, em nenhum lugar, configura-se uniforme e imutavelmente, variando de uma sociedade a outra e de um grupo a outro em uma mesma sociedade. Não se estabelece, do mesmo modo, a todas as pessoas, estando sujeita às disputas de interpretação. Nesse sentido, a educação não transmite jamais *a* cultura, entendida como um patrimônio simbólico unitário e impreterivelmente coerente. Não pode também transmitir integralmente *uma* cultura ou culturas. A escola transmite, no máximo, *algo da* cultura. (FORQUIN, 1993). O currículo, de alguma maneira, expressa o conflito de interesses e os valores dominantes que guiam a escolarização. De acordo com Sacristán (2000a),

A escola em geral, ou um determinado nível educativo ou tipo de instituição, sob qualquer modelo de educação, adota uma posição e uma orientação seletiva frente à cultura, que se concretiza, precisamente, no currículo que transmite. O sistema educativo serve a certos interesses concretos e eles se refletem no currículo (...). (SACRISTÁN, 2000a, p.17).



Dessa forma, emergem algumas questões: que cultura selecionada é essa? De quem é esse conhecimento considerado como válido para integrar os currículos escolares, dentro de uma vasta gama de possibilidades? O conhecimento corporificado no currículo é um conhecimento escolhido e transmitido como se fosse universal. Dentro dessa perspectiva, os currículos escolares não transmitem simplesmente o conhecimento acumulado pela humanidade: eles têm sido predominantemente eurocêntricos e omitem e/ou distorcem a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

Contudo, esta situação não foi aceita passivamente pela população negra, que empreendeu críticas e proposições às instituições educacionais e aos seus currículos. A educação esteve presente nas lutas realizadas pelo movimento negro nos séculos XIX, XX e XXI, tornando-se ao longo do século XX uns dos focos de luta deste movimento por meio da reivindicação de acesso e permanência da população negra nas instituições escolares; da proposição de profundas alterações aos currículos escolares, nos materiais didáticos e nas relações interpessoais desiguais entre brancos e negros.

Essas reivindicações, lutas e ações suscitam o debate público sobre a situação de marginalização da população negra, problematizando o mito da democracia racial e a ideologia de branqueamento, e cobrando do Estado políticas públicas para a mudança desta situação. A força da luta antirracista está na mobilização coletiva e não individual para, coletivamente, os negros se constituírem enquanto sujeitos de direitos. Segundo Arroyo (2007),

A pedagogia multirracial inclui em seu nome o reconhecimento de que existem coletivos (não indivíduos), etnias, raças em possíveis diálogos. Os movimentos sociais são movimentos de coletivos que se julgam desrespeitados em seus direitos como coletivos e lutam por uma consciência de direitos como coletivos. Defendem políticas focadas para coletivos. Os movimentos sociais têm criado a consciência de que existem direitos coletivos que exigem políticas públicas específicas para a garantia dessa dimensão coletiva dos direitos. Nossa tradição política atua na lógica dos direitos individuais, daí a reação à construção de políticas para coletivos. Qualquer tipo de ação afirmativa, por exemplo, cria tensão política, porque sai da lógica dos direitos individuais. (ARROYO, 2007, p. 122).



Como resultado deste processo histórico de lutas a Lei n. 10.639/2003² torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. A Lei não é suficiente para alterar as relações étnico-raciais na sociedade brasileira, mas pode ser um bom começo. A própria Lei é resultado de disputas políticas para a configuração da realidade e pode suscitar a discussão sobre essa temática na escolarização, assim como pode possibilitar que mudanças mais profundas sejam reivindicadas. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p.13), a promulgação da Lei pode apoiar o reconhecimento, a valorização e a afirmação de direitos da população negra na área educacional:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações entre negros e brancos, o que aqui estamos designando como relações étnico-raciais. Depende, ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e públicas nas relações étnico-raciais não se limitam à escola.

A obrigatoriedade da inclusão desta temática não pode se restringir a simples acréscimos de conteúdos aos currículos. Implica repensar as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, condições oferecidas para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação realizada nas escolas: *“É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz européia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira [...]”* (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e

² A Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, anteriormente modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.



Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004, p. 17). Neste contexto, as instituições educacionais são desafiadas a repensarem os seus currículos para a inclusão desta temática, tencionando as práticas curriculares vigentes. Segundo Gomes (2010, p. 8), a efetivação da Lei n. 10.639/2003,

[...] dependerá da necessária mobilização da sociedade civil a fim de que o direito à diversidade étnico-racial seja garantido nas escolas, nos currículos, nos projetos político-pedagógicos, na formação de professores, nas políticas educacionais, etc. Com avanços e limites a Lei 10.639/03 e suas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), possibilitaram uma inflexão na educação brasileira. Elas fazem parte de uma modalidade de política até então pouco adotada pelo Estado brasileiro e pelo próprio MEC. São políticas de ação afirmativa voltadas para a valorização da identidade, da memória e da cultura negras reivindicadas pelo Movimento Negro e demais movimentos sociais partícipes da luta anti-racista. O desencadeamento desse processo não significa o seu completo enraizamento na prática das escolas da educação básica, na educação superior e nos processos de formação inicial e continuada de professores(as). A Lei e as diretrizes entram em confronto com as práticas e com o imaginário racial, presentes na estrutura e no funcionamento da educação brasileira, tais como o mito da democracia racial, o racismo ambíguo, a ideologia do branqueamento e a naturalização das desigualdades raciais. (GOMES, 2010, p.8).

Um dos desafios para o repensar sobre as relações étnico-raciais nos currículos escolares se refere ao questionamento do currículo eurocêntrico, que geralmente é percebido como se, naturalmente, fosse a indicação do que é valioso a ser ensinado e não resultado de uma construção histórica. Nessa perspectiva, as discussões que emergem do debate a respeito da inserção da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira precisam, constantemente, questionar a seletividade do currículo hegemônico. A inserção dessa temática através de lei não será percebida como válida para ser transmitida se o referencial eurocêntrico não for questionado. Trata-se de repensar a lógica curricular que desconsidera e desqualifica as diferentes cosmovisões e referenciais culturais.

Apesar da importância atribuída à discussão de assuntos referentes à História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, na prática curricular essas questões são tratadas



esporadicamente, geralmente por meio de práticas isoladas, de maneira pontual e à margem do currículo hegemônico. Além disso, esse tema é visto como difícil de ser discutido e, quando ocorrem, os debates sobre as diferenças étnico-raciais são dissociados do contexto social, econômico, político e cultural. Contudo, essas diferenças estão inseridas nas relações de poder que produzem exclusões e desigualdades. O pertencimento étnico-racial é um dos elementos estruturantes das relações sociais que, cotidianamente, inferioriza os sujeitos devido à cor de sua pele e à textura de cabelo e, simultaneamente, desqualifica os conhecimentos, saberes e valores de seus antepassados africanos.

PROJETO DE EXTENSÃO “RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS CURRÍCULOS ESCOLARES”

Não obstante a importância do debate sobre a questão étnico-racial no processo de escolarização existe uma resistência em se problematizar essa temática na escola. Muitos profissionais da educação dizem não perceber na escola conflitos ligados ao racismo, preconceito racial e discriminação racial, silenciando sobre essas questões. Esta situação se repete nas instituições de ensino superior nas quais ainda há muita resistência à inserção desta temática nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Apesar disso, a Lei n. 10.639/2003 está tencionando os currículos das universidades, impulsionando a produção acadêmica na área da Educação, trazendo novas abordagens e posturas epistemológicas, novas problematizações e categorias de análise e tencionando as atividades da universidade, em suas práticas de ensino, pesquisa e extensão na graduação, na pós-graduação e nos grupos de pesquisa. O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009, p. 38) prevê que as instituições de ensino superior devem, por exemplo,



- b) Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações étnico-raciais positivas para seus estudantes;
- c) Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei n. 11.645/2008.

Desta forma, para possibilitar a efetiva inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares é necessária a formação inicial e continuada. Neste contexto se inserem as ações do Projeto de Extensão “Relações étnico-raciais nos currículos escolares”³, desenvolvido há três anos no *Campus* de Pinheiro da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Este projeto objetiva contribuir com o processo de formação inicial dos estudantes de graduação da UFMA e com a formação continuada dos educadores das redes estadual e municipal da Cidade de Pinheiro.

Pretende, ainda, oferecer subsídios para a inclusão desta temática por meio de novas práticas curriculares e metodológicas que possam assegurar uma educação para a igualdade étnico-racial. Para tanto, buscamos: favorecer o conhecimento sobre a História e Cultura dos africanos e dos negros brasileiros aos sujeitos envolvidos (bolsistas, educadores, alunos e equipe técnica das escolas envolvidas, entre outros); criar vínculos entre os cursos de licenciatura da UFMA – Campus de Pinheiro com as escolas da região; e, por fim, contribuir com orientações e ações para a inclusão desta temática nas práticas curriculares da escola participante para o desenvolvimento de uma educação antirracista.

As atividades desenvolvidas estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) e com o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009). São realizadas por meio de ações coletivas e participativas com o desenvolvimento de trabalhos em grupos e individuais, seminários, palestras, debates, oficinas e cursos sobre a temática, partindo do conhecimento da realidade, para intervir de forma qualificada sobre ela.

³ A equipe executora do projeto é composta por três docentes da instituição e por dois bolsistas da Pró-Reitoria de Extensão da UFMA (PROEX/UFMA).



Tendo como referência, o princípio de ação-reflexão-ação e a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, objetivamos que os estudantes de graduação e os educadores da educação básica do município de Pinheiro (MA) reflitam sobre os currículos hegemônicos, identifiquem ações discriminatórias e elaborem novas práticas curriculares que contemplem a diversidade étnico-racial brasileira. A partir destes pressupostos, destacamos algumas ações realizadas pelo projeto que objetivam contribuir com o conhecimento sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira:

- Organização da I, II e III Semana da Consciência Negra do *Campus* de Pinheiro, nas quais foram realizadas diversas atividades sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira para a comunidade acadêmica e externa que objetivam problematizar as relações étnico-raciais na sociedade brasileira e, particularmente, na educação como, por exemplo: orientações e ações para a inclusão da História e Cultura africana e dos negros brasileiros; educação e diversidade; educação escolar quilombola. Também realizamos diversas atividades culturais relacionadas ao tema como: oficina de danças afro-maranhenses e oficina de hip-hop com realização de grafite; apresentação de tambor de crioula; visitas a quilombos da Cidade de Pinheiro;

- Exibição e debate de filmes no Campus de Pinheiro que contribuem com ações educativas antirracistas, como, por exemplo: *Madame Satã* (Dir.: Karim Aïnouz, 2002, BR); *Atlântico Negro – Na rota dos orixás* (Dir.: Renato Barbieri, 1998, Br); *Negação do Brasil – o negro na telenovela* (Dir.: Joel Zito, 2000, Br); *Kiriku e a feiticeira* (Dir.: Michel Ocelot, 1998, Fr); *A cor púrpura* (Dir.: Steve Spielberg, 1985, EUA); *Panteras Negras* (Dir.: Mario Van Peebles, 1995, EUA);

- Realização de pesquisa sobre as ações do município para a implementação da Lei n. 10.639/2003 por meio de entrevista na Secretaria Municipal de Educação de Pinheiro sobre a existência de programas e/ou ações para a inserção da temática nas escolas do município. Foi constatado que não há nenhuma ação sistemática para esta inclusão e que ela está dispersa em práticas isoladas e/ou desenvolvidas apenas por algumas escolas;



- Visitas em 15 escolas estaduais e municipais do município no primeiro semestre de 2013 para observar: se a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana integram o Plano Político Pedagógico (PPP) das escolas; quais são os materiais didáticos e paradidáticos que a escola possui sobre o tema e se esses são utilizados pela equipe escolar; quais são as imagens nos cartazes, murais, painéis que, geralmente, integram os espaços escolares, se eles representam a diversidade étnico-racial existente na sociedade brasileira e se estão contribuindo para propiciar relações igualitárias nas instituições educacionais; se existem projetos e propostas coletivos para a reeducação das relações étnico-raciais e quais seriam estas ações; se na comunidade escolar existem entidades, associações, instituições religiosas que discutem sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira e sobre qual a relação destas com as práticas curriculares desenvolvidas em suas escolas. Esta atividade foi muito positiva, pois possibilitou uma maior aproximação com as instituições educacionais de Pinheiro, conhecer os limites e as possibilidades de inserção desta temática nas práticas curriculares desenvolvidas e oferecer importantes elementos para a organização e o desenvolvimento do curso que foi realizado sobre a temática. A partir das visitas realizadas às escolas pudemos perceber que geralmente o ensino sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira ocorre de maneira pontual, por meio de práticas isoladas, à margem do currículo hegemônico. Outra dificuldade constatada foi a escassez de livros e materiais didáticos sobre o tema, o que prejudica o acesso a esse conhecimento pelos professores e estudantes das instituições que foram acompanhadas. Ademais, a naturalização das práticas curriculares vigentes se constitui em um obstáculo a outras possibilidades de saberes e conhecimentos dos diferentes grupos étnico-raciais. Para a efetiva inclusão da temática nas práticas curriculares é necessária a discussão sobre a seletividade dos currículos e a perspectiva eurocêntrica que os vem embasando e a aquisição de novos conhecimentos sobre a História e Cultura dos africanos e dos negros brasileiros, com a desconstrução de imaginários, gestos, posturas e atitudes discriminatórias;

- Curso sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira desenvolvido entre maio e junho deste ano com carga horária de 20 horas, que contou com a participação de 40 professores da educação básica do município de Pinheiro e de 30 alunos de



Licenciatura em Ciências Humanas da UFMA. O curso teve por objetivo: a) problematizar as particularidades das relações étnico-raciais no Brasil e como as desigualdades entre negros e brancos foram construídas historicamente; b) discutir acerca da seletividade dos currículos que, geralmente, omitem e/ou distorcem a História e Cultura dos africanos e dos negros brasileiros; c) favorecer o conhecimento sobre a História e Cultura dos africanos e dos negros brasileiros; d) contribuir com orientações e ações para a inclusão desta temática por meio de novas práticas curriculares e metodológicas que possam assegurar uma educação para a igualdade étnico-racial e, por fim, e) possibilitar a produção de conhecimento e a troca de saberes entre a universidade e as escolas estaduais e municipais de Pinheiro/MA. Para tanto, foram discutidos os seguintes conteúdos:

Módulo 1 - Relações étnico-raciais na sociedade brasileira

- Diversidade e currículo
- Lutas e reivindicações do movimento negro por escolarização
- Dez anos da Lei n. 10.639/2003: desafios e possibilidades para a realização de uma educação para a igualdade étnico-racial.

Módulo 2 – História dos africanos e dos negros brasileiros

Módulo 3 – Orientações e ações para a inclusão da História e Cultura africana e dos negros brasileiros na educação básica;

- Discussão sobre as possibilidades de inserção da temática na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, na educação de jovens e adultos e na educação escolar quilombola.

Ademais, estamos realizando a apresentação dos resultados do projeto em Congressos da área como, por exemplo, no VII Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (VII COPENE) – Os Desafios da Luta Antirracista no século XXI. O Congresso foi realizado entre 16 e 20 de julho de 2012 em Florianópolis/SC. Também apresentamos os resultados nos I e II Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campus de Pinheiro. Organizamos também o *stand* sobre o projeto na 64ª Reunião Anual da SBPC, realizada em São Luís/MA em julho de 2012.



O Projeto de Extensão “Relações étnico-raciais nos currículos da educação básica” pode possibilitar a democratização do saber acadêmico e, simultaneamente, favorecer o retorno à universidade desse saber contextualizado e reelaborado. Desse modo, a extensão como mecanismo de interação entre universidade e sociedade constitui-se como um dos elementos capazes de operacionalizar a relação entre teoria e prática e possibilita a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade. Este projeto constitui-se como um espaço propício para o desenvolvimento de atividades acadêmicas interdisciplinares, que colabora para reverter a tendência à compartimentalização de conhecimento da realidade e da prática. Ademais, a universidade pode contribuir com a sociedade atendendo algumas demandas formativas, como as colocadas pela Lei Federal n. 10.639/2003.

Desse modo, se pretendemos realizar uma formação acadêmica, orientada pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, criando uma nova relação teoria/prática e universidade/sociedade, que possa produzir e/ou subsidiar mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem, faz-se necessário que os estudantes e professores sujeitos desse processo tenham constante acesso no tocante à produção de conhecimento acerca da problematização das relações étnico-raciais na educação. Esse é um dos principais focos das discussões no grupo de estudos e pesquisas sobre a temática dos docentes participantes do projeto, que mantém parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) da UFMA.

No final de cada semestre letivo, realizamos avaliação coletiva dos aprendizados e o planejamento de ações que possam ser desenvolvidas no semestre posterior. A finalidade desse processo avaliativo é oferecer elementos sobre o processo formativo que subsidie intervenções e redirecionamentos necessários para a concretização dos objetivos deste projeto de extensão. A avaliação, dessa maneira, torna-se uma forma de refletir sobre as mudanças necessárias, perdendo a perspectiva de mensuração, julgamento.

A avaliação precisa analisar o processo formativo como um todo, para que possa identificar os sucessos e dificuldades e orientar estratégias formativas que colaborem com o enfrentamento dos problemas. A avaliação não é uma ação isolada no processo que levaria meramente à ações pontuais e imediatas. Desse modo, o objetivo da



avaliação é possibilitar aos sujeitos envolvidos subsídios para o acompanhamento e o planejamento das ações.

Entendemos que as discussões sobre as relações étnico-raciais na educação através de um processo formativo interdisciplinar em interação com a realidade em ações de ensino, pesquisa e extensão pode contribuir com a formação de docentes pesquisadores e favorecer as relações entre universidade e sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que o Projeto de Extensão “Relações étnico-raciais nos currículos escolares” está suscitando o debate sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, o que pode possibilitar que docentes e discentes valorizem e reconheçam as contribuições dos diferentes grupos étnico-raciais formadores da sociedade brasileira. Contudo, é importante destacar a resistência da inserção da temática nos currículos da educação básica e do ensino superior que revelam o referencial dominante fortemente eurocêntrico que negligencia outras formas de conhecimento.

Apesar disso, as ações do projeto, aliadas às atividades de ensino e pesquisa dos docentes envolvidos no projeto, estão contribuindo para tencionar o currículo hegemônico dos cursos de licenciatura da UFMA, o que contribuiu com a inserção de disciplinas sobre a temática nas estruturas curriculares do curso, tais como “Educação para Diversidade” e “História da África”, além de destacarem que é fundamental a reflexão desta temática em todas as disciplinas.

Entendemos que este projeto de extensão está gerando novos conhecimentos e saberes acerca da História e Cultura africana e dos negros brasileiros. Em relação ao Campus de Pinheiro, percebemos que os alunos de graduação estão demonstrando um maior interesse em discutir a temática em trabalhos acadêmicos e começam a reconhecer e valorizar os diferentes grupos étnico-raciais formadores da sociedade brasileira. Os professores da educação básica que estão participando do curso sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira estão tendo acesso a conhecimentos sobre conhecimentos e saberes da ancestralidade africana e dos negros brasileiros, o que pode



possibilitar a realização de novas práticas curriculares que contemplem efetivamente a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira.

Em decorrência, compreendemos a importância de continuidade das ações do projeto com a realização de eventos sobre a temática no Campus de Pinheiro, o desenvolvimento de cursos para os professores da educação básica e a realização de atividades mensais nas escolas municipais e estaduais de Pinheiro como, por exemplo, a exibição de filmes e a realização de oficinas para os discentes.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, Nilma Lino. (Org.) **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 111-130.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPPIR, 2009. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/arquivos/leiafrica.pdf>. Acesso em: 10 mai.2013.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.



XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo

Currículo: tempos, espaços e contextos

29 e 30 de outubro de 2013



GOMES, Nilma Lino. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira**: desafios, políticas e práticas.

Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>

Acesso em: 10 dez. 2010.

PAIXÃO, Marcelo; ROSSETO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana. Introdução. In: PAIXÃO, Marcelo; ROSSETO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana; CARVANO, Luís Marcelo. (Orgs.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010**. Constituição Cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 13-35.

Disponível em: http://www.novo.afrobras.org.br/pesquisas/relatorio_2009-2010.pdf.p.

Acesso em: 15 jul.2013.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo** – uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000a.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise da prática? In: SACRISTÁN, J. Gimeno; PEREZ-GÓMEZ, A. I. **Compreender e transformar o ensino**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000b. p. 119-148.